JUSTUTOR

Questão Discursiva 01423

Suponha que esteja em tramitação no Congresso Nacional projeto de lei de iniciativa parlamentar que disponha sobre a criação de cargos públicos no âmbito da administração pública direta. Diante dessa situação hipotética, redija um texto explicitando, de forma fundamentada, se é possível o controle jurisdicional sobre esse processo legislativo.

Resposta #005695

Por: Dudusch 21 de Agosto de 2019 às 16:10

Em regra, o controle jurisdicional de constitucionalidade de leis é repressivo e não preventivo, especialmente em função do princípio da separação e independência dos poderes, instituído no art. 2º da CR/88.

Com efeito, o controle preventivo de constitucionalidade é exercido, em regra, pelas próprias Casas Legislativas, através das respectivas Comissões de Constituição e Justiça, bem como através do veto jurídico exercido pelo Chefe do Poder Executivo (no caso, o Presidente da República), nos termos do art. 66, § 1º, da CR/88.

Não obstante, o parlamentar possui legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança visando a trancar projeto de lei inconstitucional por vício formal, ou seja, vício de procedimento.

É exatamente este o caso do problema ora posto.

De fato, o projeto que dispõe sobre a criação de cargos públicos no âmbito da administração direta é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, § 1º, II, "a", da CR/88.

Assim, a invasão da iniciativa por parlamentar configura vício formal de iniciativa (de procedimento), que pode ser controlado pelo Poder Judiciário mediante a provocação de qualquer Parlamentar Federal, sob o argumento de que este não pode ser obrigado a participar de processo legislativo nitidamente viciado pela inconstitucionalidade.